

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.465 - MG (2019/0234720-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : CARLOS ANTONIO MOTA AMORIM
ADVOGADO : WILBER MONTEZANO DE MENDONCA - MG094109N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CARLOS ANTONIO MOTA AMORIM contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.051424-0/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 30/4/2019 por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 171, 299 e 304, todos do Código Penal (estelionato, falsidade ideológica e uso de documento falso). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS – CRIMES DE USO DE DOCUMENTO FALSO, FALSIDADE IDEOLÓGICA E ESTELIONATO – GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME – PRISÃO PREVENTIVA – DECISÃO FUNDAMENTADA – PRESENTES OS REQUISITOS DOS ART. 312 E 313 DO CPP – INSUFICIÊNCIA DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES NÃO PRISIONAIS – ART. 319, CPP – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO – ORDEM DENEGADA.

- Evidenciado elementos aptos a demonstrar o fumus comissi delicti e o periculum libertatis, a segregação preventiva mostra-se necessária, mormente para garantia da ordem pública.

- Paciente que reside em outro estado, sem confirmação do endereço declarado nos autos.

- O Habeas Corpus não é o instrumento adequado para valoração do mérito da própria ação penal, por exigir exame aprofundado da prova, a não ser diante de evidente possibilidade de lesão ou ameaça de lesão à liberdade ambulatorial do paciente, nos termos do art. 5º, LXVIII da Constituição Federal, o que não se vislumbra no presente caso.

- Ordem denegada (fl. 104).

Superior Tribunal de Justiça

No presente recurso, aduz que o acórdão impugnado teria inovado a fundamentação do decreto prisional ao considerar a necessidade da medida extrema para garantia da ordem pública, motivo não utilizado pelo magistrado de primeiro grau.

Alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Argumenta que, em caso de condenação, a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por restritivas de direito. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcionalmente severa.

Destaca o excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto designada audiência de instrução e julgamento somente para o dia 4/10/2019, o que representará a manutenção da custódia cautelar por mais de 150 dias.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Liminar indeferida às fls. 139/141.

Informações prestadas às fls. 146/147.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 159/164).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que, em 14/11/2019, nos autos da Ação Penal n. 0123151-55.2019.8.13.0145, sobreveio sentença acolhendo em parte a acusação, ocasião em que foi expedido alvará de soltura em favor do recorrente.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno

Superior Tribunal de Justiça

do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

